

RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA E DESDOBRAMENTOS DO AGRONEGÓCIO NA CONTEMPORANEIDADE

RELATIONSHIP BETWEEN SOCIETY AND NATURE AND DEVELOPMENTS OF AGRIBUSINESS IN CONTEMPORANEITY

RELACIÓN ENTRE SOCIEDAD Y NATURALEZA Y DESARROLLO DEL AGRONEGOCIO EN LA CONTEMPORANEIDAD

Mychelle Priscila de Melo

Aluna do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Geografia, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (GO)

Rua Ademar Ferrugem, nº 350, Centro – Catalão (GO)

CEP: 75701-100

mypriscila@yahoo.com.br

Amanda Dias Brandão

Aluna do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Geografia, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (GO)

Rua Paraguai, nº 7, Vila América – Ipameri (GO)

CEP: 75701-100

amandahpp@hotmail.com

João Donizete Lima

Professor de Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (GO)

Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Bloco A, Sala 01, Setor Universitário, Catalão (GO)

CEP: 75704-020

jodoligeo@ufg.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre como o agronegócio está inserido no meio técnico-científico-informacional, proposto por Milton Santos (2002), e as repercussões deste processo nas relações entre sociedade e natureza. Considerando os impactos socioambientais e a importância econômica desta atividade agrícola para o Brasil, são apresentadas reflexões acerca do debate atual sobre sustentabilidade. As relações de poder, instauradas pela disputa de terras por agentes hegemônicos, apontam para o uso e ocupação de lugares, juntamente com seus recursos naturais (minerais e hídricos) para atendimento ao ciclo vicioso do capital. Para o estudo, foi adotada a revisão bibliográfica como base para o entendimento e reflexão crítica em relação ao tema.

Palavras-chave: Sociedade; Natureza; Agronegócio; Bibliografia; Brasil.

ABSTRACT

The present article aims to reflect on how agribusiness is inserted in the technical-scientific-informational milieu, proposed by Milton Santos (2002), and the repercussions of this process on the relations between society and nature. Considering the socio-environmental impacts and the economic importance of this agricultural activity for Brazil, reflections on the current sustainability debate are presented. The power relations, established by the dispute of lands by hegemonic agents, point to the use and occupation of places, along with their natural resources (minerals and water) to attend to the vicious cycle of capital. For the study, the bibliographic review was adopted as a basis for understanding and critical reflection on the subject.

Keywords: Society; Nature; Agribusiness; Bibliography; Brazil.

RESUMEN

El presente artículo tiene por objetivo reflexionar sobre cómo el agronegocio está inserto en el medio técnico-científico-informacional, propuesto por Milton Santos (2002), y las repercusiones de este proceso en las relaciones entre sociedad y naturaleza. Considerando los impactos socioambientales y la importancia económica de esta actividad agrícola para Brasil, se presentan reflexiones sobre el debate actual sobre sostenibilidad. Las relaciones de poder, instauradas por la disputa de tierras por agentes hegemónicos, apuntan al uso y ocupación de lugares, junto con sus recursos naturales (minerales e hídricos) para atender el ciclo vicioso del capital. Para el estudio, se adoptó la revisión bibliográfica como base para el entendimiento y reflexión crítica en relación al tema.

Palabras-clave: Sociedad; Naturaleza; Agroindustria; Bibliografía; Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Para entender os fenômenos envolvidos na formação do espaço geográfico, bem como os de origem contemporânea, é fundamental recorrer à evolução dos processos de produção e reprodução do meio geográfico, interligando questões políticas, econômicas e socioambientais envolvidas. Neste contexto, o foco deste trabalho é analisar as atuais características do capitalismo no campo, mais especificamente, do agronegócio, com a instauração de uma nova racionalidade técnica como forma de otimização dos lucros, no âmbito das relações entre sociedade e natureza inseridas no meio técnico-científico-informacional.

No intuito de analisar as transformações causadas por essa agricultura moderna, faz-se necessário avaliar como os efeitos deste processo intervêm na reorganização espacial, na ação dos sujeitos desfavorecidos pela preponderância do capital, e principalmente, no uso e ocupação dos territórios, e na gestão dos mananciais e sustentabilidade da paisagem. O agronegócio tem grande participação na economia do Brasil e o potencial do crescimento da produção é evidenciado por uma série de fatores, mas, por outro lado, os desafios socioambientais entram em cena na busca de um equilíbrio entre o homem/produtor e a natureza.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As recentes e sucessivas transformações observadas nos espaços agrícolas são resultado de um processo gradativo do homem e das técnicas que o serviu para a produção no campo, desde seus primórdios, mas que atualmente se reflete pela sofisticação e complexidade da organização técnica. As mudanças na feição do campo, analisando seus sucessivos sistemas técnicos, revelam a composição das diferentes configurações territoriais, juntamente às outras atividades e ações não propriamente agrícolas.

Assinalando as épocas distintas de sua história, estas mudanças permitem perceber os diferentes usos da terra (do território) e os variados graus de inserção de determinada área em uma economia globalizada. Neste sentido, convém recorrer à sucessão dos meios geográficos apresentada por Milton Santos (2002). O primeiro período, denominado pelo autor como meio natural, ou pré-técnico, estaria ligado aos espaços ocupados pelos seres humanos nos primórdios de seu desenvolvimento, referindo-se, no Brasil, ao momento em que esse território foi habitado por grupos humanos de caçadores e coletores.

As ações antrópicas, ou alterações do ser humano em virtude das revoluções do

trabalho (técnica), por meio de instrumentos elementares, começam a interferir na natureza, pois “ritmos e regras humanas buscavam sobrepor-se às leis naturais.” (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 29). Havia, entretanto, neste momento, uma harmonia socioespacial, já que o homem selecionava na natureza o que considerava fundamental para a manutenção da sua vida, valorizando, cada qual com seus lugares e culturas, as condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo.

Com a primeira fase da Revolução Industrial, no século XVIII, a agricultura começa a ser transformada pela técnica, com o plantio já alicerçado pelo uso de máquinas e pela escolha de sementes, aumentando a produtividade. Inicia-se a fase do meio técnico proposta por Santos (2002), que sobrepõe o meio natural, buscando substituí-lo, e que logo chega à indústria, com os modos de produção, dentre eles o fordismo, sustentados pela potência humana em transformar o meio de acordo com seus interesses. O espaço que era somente natural, passa a ser artificializado, e o tempo social é o da inovação, criando métodos (técnicas) cada vez mais eficientes, produzindo mais em período cada vez menor.

A técnica é um princípio formador de sociedades. Ela é o conjunto dos hábitos e costumes vindo da e que medeia a relação homem e natureza no tempo. Por isso, é impossível compreender uma sociedade sem considerar o papel da técnica na relação que os homens estabelecem entre si. Bem como entre si e a natureza, uma vez que a relação homem-natureza é a relação estabelecida pelos homens entre eles, levada para dentro da relação com a natureza [...]. (MOREIRA, 2016, p. 29).

É a sofisticação/tecnificação de como o homem apropria do espaço geográfico e conduz sua constante transformação neste contexto; um meio que tem como base a necessidade de uma produção econômica ajustada às logicas e tempos da sociedade, sobrepondo-se à natureza pelo desenvolvimento e pela expansão das técnicas e máquinas.

Com a segunda e terceira fases da Revolução Industrial, e após a Segunda Guerra Mundial, séculos XIX e XX, o papel da ciência, juntamente à transmissão de informações e à busca constante e amplificada pelas novas tecnologias de comunicações, resulta em conexões virtuais do mundo inteiro em tempo real, com as informações circulando instantaneamente. A globalização potencializa a criação deste meio, que já é nomeado como período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002), e é potencializada por ele.

Experiencia-se a integração entre as diversas regiões, consolidada graças à implantação de modernas infraestruturas territoriais, como as redes, que permitem a circulação, e os circuitos, enquanto dinâmica da natureza/sistema natural - ambos desenvolvidos para a difusão da informação e para o “uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder”

(CASTELLS, 2007, p. 98). Ainda assim, vale ressaltar que ao mesmo tempo que democratiza o acesso à informação, a globalização também limita certos conhecimentos divulgados por grupos específicos, que monopolizam setores que omitem ou escondem informações.

A lógica global que se impõe a todos os territórios e a cada território como um todo, atende, principalmente, “[...] aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais [...]” (SANTOS, 2002, p. 239). Assim como Bernardes e Aracri (2010, p. 76) apresentam a globalização, “[...] o capitalismo global possui uma configuração espacial que se traduz num mosaico de regiões e lugares que formam uma rede mundial de produção e comércio [...]”

Neste sentido, os últimos séculos marcam para a atividade agrícola, a constituição de um meio técnico-científico-informacional característico não apenas da vida urbana, mas também do mundo rural, tanto em países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. Essa cientifização e tecnicização da paisagem (SANTOS, 2002) tem a informação como vetor importante do processo social, e os territórios, passam a ser equipados para facilitar a circulação.

Como Blanco (2015) apresenta, a ideia de território está associada a diferentes acepções. Em primeiro lugar, como espaço apropriado, controlado e transformado por uma sociedade, é conceito presente nas perspectivas mais clássicas, que explica uma marcada empirização através do controle de um determinado espaço, com seus recursos, sua população, suas infraestruturas, suas normativas. Vale ressaltar que a circulação é uma condição para seu desenvolvimento e alimenta a demanda interminável de maior velocidade, em particular para os agentes hegemônicos, que marcam a temporalidade dominante no mundo contemporâneo (SANTOS, 2002).

Em uma segunda perspectiva, Blanco (2015) aponta para a noção de território como campo das relações de poder (LOPES DE SOUZA, 1995), fortemente ligada à ideia anterior, mas que abre a possibilidade de analisar a complexidade dessas relações, de identificar a multiplicidade de atores e o poder diferencial destes atores na construção e controle dos recursos do território. Posteriormente, em terceira instância, o autor revela a ideia de território como construção social e histórica, que reúne a história política, social, econômica e cultural, mas que também potencialmente contém uma gama de futuros possíveis. É uma perspectiva diretamente vinculada com os projetos, as ilusões, os interesses dos atores sociais postos em jogo no campo das disputas políticas.

O quarto ponto de vista de Blanco (2015) determina o território como lugar central que o Estado ocupa nas políticas territoriais (MORAES, 2005). E para finalizar, a última concepção de território está atrelada ao processo de construção do território sustentado na articulação da materialidade, das ações e das representações. Assim como Santos (2002), o autor coloca que “[...] la apropiación, el control, el despliegue de las relaciones de poder y el ejercicio de las políticas territoriales se concretan em uma materialidade (histórica), em formas, sistemas de objetos estrechamente vinculados com los sistemas de acciones [...]” (BLANCO, 2015, p. 17).

Com o advento do agronegócio, novos arranjos territoriais reorganizaram o espaço produtivo, comandados e impostos por empresas agrícolas e agroindustriais nacionais e multinacionais. A junção entre objetos modernos e atores hegemônicos nesta conjuntura sobre o território, responsáveis pela globalização, enaltecem os capitais fixos e constantes, assim como os fluxos, em um misto de relações que acabam por impor novos equilíbrios aos já preexistentes.

A difusão da ciência e das inovações tecnológicas permitem aos espaços agrícolas especializarem-se cada vez mais, avolumando os fixos e aumentando o dinamismo dos fluxos, o que possibilita o fortalecimento das relações com áreas distantes. A “redução de arena” e a “ampliação da área” são exemplos apontados por Santos (2002), de como Marx já previa a especialização produtiva. A “guerra dos lugares” (SANTOS, 2002, p. 249) é uma metáfora que não diz respeito apenas à competitividade econômica do processo produtivo, mas, também, à geográfica. São os lugares que fornecem as possibilidades para que cada atividade se estabeleça, além do êxito profissional de quem comanda tal atividade.

A expansão da produtividade promoveu e ainda promove o estabelecimento de inúmeras novas relações campo-cidade e/ou sociedade-natureza, caracterizadas por transformações de diversas maneiras, relevâncias e complexidades. Sob a ótica do capitalismo, a relação do homem com a natureza, por exemplo, se dá de maneira mais complexa, pois os meios de produção – terras e instrumentos – não estão igualmente à disposição de todos.

Assim como se fala de produtividade de uma máquina, de uma plantação, de uma empresa, podemos, também, falar de *produtividade espacial* ou produtividade geográfica, noção que se aplica a um lugar, mas em função de uma determinada atividade ou conjunto de atividades. Essa categoria se refere mais ao espaço produtivo, isto é, ao “trabalho” do espaço. Sem minimizar a importância das condições naturais, são as condições artificialmente criadas que sobressaem, enquanto expressão dos processos técnicos e dos suportes geográficos da informação. [...] (SANTOS, 2002, p. 248).

O maquinismo é cada vez mais aperfeiçoado como base para a produção do máximo em um mínimo de tempo, e cada vez mais o capital precisa ter o maior controle possível sobre o

processo de produção. Depender apenas dos ciclos naturais ou da dinâmica dos corpos dos homens, como na manufatura, não é mais suficiente para ganhar a concorrência. É preciso garantir e expandir os mercados para que as empresas aumentem sua capacidade de produção, pois “ [...] o capital investido em máquinas é grande e precisa ser alimentado [...]” (GONÇALVES, 1984, p. 37).

Santos e Silveira (2010) abordam sobre o peso dos novos componentes técnicos no campo, enfatizando que apesar deles suprimirem inúmeras consequências de condições naturais distintas, ao mesmo tempo podem evidenciar perturbações na sociedade pela imposição das inovações técnicas e proveitos cada vez mais concentrados. O novo uso do tempo e do espaço pelo progresso técnico, permite, no atual período, transformar espaços agrícolas em novas regiões agrícolas, revelando impactos sobre o território, modificando a paisagem não só rural, mas também urbana, uma vez que atrai empresas de diversos ramos para sustentar sua expansão e consolidação.

As redes como um conjunto de relações entre sujeitos, lugares/territórios e sistemas técnicos, com uma forte impressão sobre nossas percepções do espaço e do tempo, podem ser inseridas nesta cena. Conforme Corrêa (2012), a rede geográfica configura-se como aglomerado de localizações humanas conectadas entre si pelas vias e fluxos. Neste sentido, é também, uma rede social espacializada, pois é composta de construções humanas, envolvendo, ao mesmo tempo, poder e cooperação; e, por se tratar de construções humanas, é contextualizada historicamente e sujeita a mudanças.

O autor ainda atenta para o fato de que nem toda rede social é geográfica, apenas quando a consideramos em sua espacialidade, por meio de “[...] localizações qualificadas, e com interações espaciais entre elas.” (CORRÊA, 2012, p. 201). Portanto, se o espaço estiver ausente da rede social, ela não é geográfica, mas toda rede geográfica é social.

O problema das relações entre sociedade e natureza estão na noção de utilidade dos meios naturais por cada sociedade. São relações que refletem e produzem as transformações ocorridas no contexto do espaço geográfico, entretanto, as ações humanas transformaram o meio natural e utilizaram-no de forma desregrada para seu desenvolvimento. Isso reverbera na gradativa complexidade dos impactos socioambientais acelerados, sobretudo, com o fenômeno da globalização, como Santos (2002) constatou, pois, os impactos gerados sobre a natureza convertem, cedo ou tarde, em impactos gerados da natureza sobre a sociedade.

Independentemente da forma como se estabelecem as relações entre sociedade e natureza, aqui destacada pelo uso e ocupação da terra em função do agronegócio, é preciso

conservar espaços naturais, do ponto de vista de áreas verdes que protejam e garantam os recursos e meios inerentes a eles para as gerações futuras.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Na busca por embasar os questionamentos a respeito do tema estudado, adotou-se como método a pesquisa bibliográfica, referente ao processo de produção agrícola inserido no meio técnico-científico-informacional de Santos (2002), em que as relações entre a sociedade e a natureza obedecem a lógica capitalista. A partir do método adotado, foi possível revisar e analisar o desenvolvimento social e econômico do homem frente à produção e à necessidade de inserção da sustentabilidade pelo agronegócio.

Na etapa da pesquisa teórica, foi realizado um levantamento bibliográfico do que já foi publicado sobre agronegócio, impactos decorrentes deste processo, relação sociedade/natureza, meios geográficos, produção e reprodução do espaço geográfico, globalização, técnica e tecnologia, produtividade espacial, fluidez e fixidez, território, redes e circulação, planejamento e gestão de recursos hídricos, entre outros assuntos na área, buscando informações em materiais como livros, boletins, artigos, revistas, trabalhos de conclusão de curso e sites acadêmicos confiáveis.

Através de experiências profissionais vividas por mim durante doze anos, trabalhando em empresas do ramo do agronegócio, além do conhecimento adquirido pela profissão de Técnica em Meio Ambiente e graduação em Geografia, pude conhecer grande parte do agronegócio enquanto atividade predominante na microrregião de Catalão (GO). Estas experiências aliadas às leituras de Milton Santos (2002), Milton Santos e Maria Laura Silveira (2010); Manuel Castells (1999), Ruy Moreira (2016), Júlia Adão Bernardes e Luís Ângelo dos Santos Aracri (2010), Roberto Lobato Corrêa (2012), Jorge Blanco (2015), Tadeu Alencar Arrais (2016), Magda Valéria Silva (2014), entre outros, permitiram a construção deste estudo.

A teoria é a chave para o conhecimento e compreensão dos sujeitos, do contexto e das representações a eles imbricadas. “[...] A teoria, o ponto de vista do pesquisador e o objeto compreendem os procedimentos de análise.” (RAMIRES; PESSÔA, 2009, p. 521). O problema desta pesquisa, devido sua especificidade, exige um procedimento investigativo em que a reflexão assume um papel fundamental, caso contrário, a pesquisa pode facilmente se transformar em um mero conjunto de informações soltas. É importante atentar para o fato de que a seleção dos procedimentos para coleta das informações aqui registradas foram mais uma

consequência da pesquisa do que uma escolha propriamente dita, decorrendo de uma previsão e não de uma definição, pois à medida que os estudos epistemológicos foram construídos em conjunto com a prática, é que sua aplicação forneceu a comprovação necessária e deram suporte à metodologia proposta.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A forma como vinha sendo conduzida a relação sociedade/natureza no contexto das sociedades modernas ocidentais, na qual os conhecimentos acerca dos efeitos reais dessa relação passaram a ser discutidos em escala global, promoveram um processo de conscientização sobre a questão ecológica, a partir das décadas de 1960 e 1970, em vários lugares no mundo. Os questionamentos a respeito da problemática ambiental já eram levantados, em relação às diversas concepções de natureza, na dependência que as sociedades estabelecem com a mesma, na convivência entre os homens e/ou entre os homens e a produção e apropriação desigual do tempo e do espaço, como também das implicações socioambientais decorrentes da ascensão e consolidação do modo capitalista de produção e dos demais aspectos constituintes da vida social.

Na segunda metade do século XX, desde a implantação das lógicas produtivas taylorista e fordista, o homem produz muito mais do que necessariamente precisa para sobreviver. A economia capitalista, neste contexto, caracteriza-se pelo exagero e pelo desperdício, visto que incentivou o aumento do consumo, atrelado ao aperfeiçoamento contínuo da ciência e da tecnologia, induzida, principalmente, pelos sujeitos capitalizados na ânsia de maior acumulação de capital. Emerge um poder de transformação da natureza nunca antes visto e surgem as implicações socioambientais com a sensibilização de grupos sociais, políticos e agentes econômicos para a questão da insustentabilidade ambiental frente à reprodução da sociedade industrial em nível global.

Mesmo assim, o homem passou a usar desenfreadamente os recursos naturais a favor de seus interesses, sem preocupar com a disponibilidades dos mesmos para as gerações futuras. As profundas mudanças nas várias dimensões da vida social e econômica, juntamente com o despertar das preocupações com a questão ambiental repercutiram diretamente na compreensão moderna da relação entre sociedade e natureza, a qual considera o homem e a natureza ocupando polos opostos, em que o meio natural é tido como fonte inesgotável a serviço e à disposição do homem.

Apesar de o meio técnico-científico-informacional ser o ápice do avanço na

modernidade, (SANTOS, 2002), esse período é, em grande parte, excludente, pois a grande maioria da população não tem acesso às inúmeras tecnologias existentes. Se pensarmos na gama de medicamentos que surgem para a cura de inúmeros tipos de doenças, por exemplo, sabemos que, apesar de existirem, há diariamente óbitos em decorrência da falta de acesso a estes medicamentos.

Da mesma forma, tecnologias que criam construções do tipo arranha-céus e cidades em lugares inóspitos, contrapõem-se à realidade absurda aos que não têm moradia. Há condições para produzir alimento suficiente para acabar com a fome no mundo, e uma infinidade de pessoas encontram-se em situação de miséria e/ou morrem por desnutrição. São as contradições da globalização, suscitadas de um crescente processo no fluxo de dinheiro, pessoas, coisas (mercadorias), e de informação (conhecimento), transformando a superfície terrestre em um espaço cada vez mais interligado, que poderia ser usado como instrumento de transformação social, mas que aumenta a segregação de países ricos e pobres.

O agronegócio, por meio das ocupações e ações no contexto da terra, consagradas pela disposição do capital e expansão de seus negócios, revela uma difusão que se dá de forma supressiva e degradante, acentuando perturbações ambientais e destruindo a heterogeneidade econômica, social, territorial, cultural e simbólica. A modernização da agricultura está, então, associada ao desenvolvimento científico e tecnológico do processo produtivo, que promoveu um conjunto de novas relações e interações socioespaciais entre campo e cidade.

O campo é tido tanto como fornecimento de matéria prima e alimento para a cidade, quanto espaço de aplicação dos insumos produzidos na cidade. A cidade é, ao mesmo tempo, demanda e oferta de insumos industriais para este campo mais moderno. Assim, cada um cumpre seu papel no processo, porém, de forma integrada. O aumento do consumo promove a ampliação do comércio, da produção e da circulação de bens e de serviços, demandando uma melhor infraestrutura das redes. As condições físicas/estruturais adequadas e a eficiência dessas redes, articuladas à oferta dos serviços especializados de transportes e de comunicações/informações, promovem os fluxos no espaço geográfico por meio da circulação de mercadorias.

Como Santos e Silveira (2010) apresentam, a produção agrícola, acompanhando o processo de urbanização e industrialização, inclui-se cada vez mais na lógica industrial de produção. Para atingir os elevados graus de rendimento e rentabilidade desejados, o agronegócio precisa ter sua produtividade aumentada constantemente, e para que isso aconteça, novas tecnologias de produção e organização necessitam ser empregadas.

Sabemos hoje que a ação do capital favorece a expansão da agricultura tecnificada, fundamentando a escolha, por exemplo, pela prática de irrigação por pivô central em regiões onde o clima não favorece culturas usuais de determinada safra. A primeira década do século XXI ficou marcada pela disputa em relação ao acesso à água, em função da ação do capital, para privilegiar empreendimentos que dependem dela (THOMAZ JUNIOR, 2010), como o cultivo de soja.

O acesso e controle sobre a água, neste processo, compromete o abastecimento hídrico local e regional, assim como a manutenção das formas de uso e de vida não restritas às atividades humanas. É assim que o agronegócio se configura, e é entendido através não só da monopolização da terra, mas também dos recursos minerais e hídricos, seguindo uma linha de mercado, em um ritmo de destruição precoce, sobretudo em relação à degradação ambiental e a precarização das relações de trabalho.

O projeto de substituição da vegetação nativa por uma agricultura a qual tem como base os modelos das grandes áreas de monoculturas para exportação, depende de relevo plano, abundância hídrica e solos profundos, elementos que propiciam a atuação da mecanização. Os tratos culturais sendo realizados de forma mecanizada, geralmente reduzem os custos de produção quando comparados com operações manuais, e, por isso, a logística e o suprimento de água são importantes para favorecer todo o processo de produção, entretanto, desprotege o solo, a vegetação nativa, e, conseqüentemente, coloca em risco as nascentes, os córregos, ribeirões, rios, e qualquer curso d'água pertencente à determinada unidade territorial.

Imensas áreas de formações florestais e do Cerrado estão sendo ilegalmente desmatadas, secando nascentes e mananciais, sugados pelas monoculturas. Os agrotóxicos, despejados por aviões e tratores, estão contaminando solos, águas, ar e as plantações camponesas, causando doenças e mortes. A natureza expressa o total desequilíbrio produzido no cerne da relação predatória do agronegócio com o meio natural, mas o próprio conhecimento científico e tecnológico, permitiu legitimar as implicações socioambientais do próprio uso inadequado e irracional da natureza.

Os desastres ambientais se tornam mais evidentes e suas repercussões se apresentam em escala global. Por esse motivo, torna-se conveniente tratar de questões associadas às sociedades de diferentes regiões do país, de forma a considerar o processo de uma geração de riqueza, as particularidades regionais e as especificidades dos Biomas e sua utilização. O desenvolvimento, em especial no âmbito do agronegócio, deve ser tratado não somente por uma ótica puramente econômica, mas também, por priorizar a integração de dimensões ambientais e sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As gradativas transformações ocorridas nas perspectivas do campo e, também, da vida urbana, percebidas pela forma com que o espaço geográfico foi produzido e reproduzido ao longo da história humana, desencadearam diferentes períodos, conforme exposto e segundo Santos (2002). Do período correspondente ao meio natural até a globalização e o meio técnico-científico-informacional, as relações entre a sociedade e a natureza transfiguraram o uso e ocupação da terra.

Desde o tempo em que o homem passou a dominar a natureza, fazendo da agricultura uma forma de apropriação do espaço, iniciaram-se as transformações do território. Pela construção histórica dos desdobramentos acerca da relação sociedade/natureza, é possível perceber que a partir da década de 1970, o processo de modernização agrícola no Brasil deu-se de forma acelerada, fragmentada e apresentou situações de grande diversidade e heterogeneidade no território nacional. A agricultura contemporânea impactou campo e cidade, desterritorializando e reterritorializando as comunidades camponesas em diversas regiões do Brasil.

Analisar as relações de poder e o uso das técnicas e do conhecimento científico na modificação do meio natural, possibilitou, neste estudo, entender como as implicações socioambientais são decorrentes de uma lógica contraditoriamente considerada racional de acumulação de bens e poder. As transformações espaciais, reveladas pelas interações que as redes realizam e se beneficiam entre si, multiplicando, cruzando, complementando e se sobrepondo em todas as direções ao mesmo tempo, formam uma trama sobre a superfície terrestre.

No agronegócio, nota-se grande dificuldade para os produtores, assim como para o poder público, perceberem que a forma de exploração dos agroecossistemas pode, em muitos casos, inviabilizar a atividade no futuro. Muitos foram os avanços em relação aos debates acerca da sustentabilidade, porém os limites são desafiadores, na busca por implementar essas discussões à prática.

É possível prever uma modificação no modo de se produzir no setor do agronegócio somente a partir do momento em que a sustentabilidade for percebida como forma de ingresso nos mercados internacionais e estratégia de competitividade. Os coletivos sociais juntamente às políticas governamentais carecem de acordar medidas e estratégias que mitiguem os impactos

socioambientais causados pelo agronegócio, fortalecendo o setor com base na sustentabilidade e na responsabilidade social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação – referências – elaboração**: NBR 6023. Rio de Janeiro, ago. 2002. 24 p.

_____. **Informação e documentação – citações em documentos – apresentação**: NBR 10520. Rio de Janeiro, ago. 2002. 7 p.

ARRAIS, T. **A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização**. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2016.

BERNARDES, J. A.; ARACRI, L. A. dos. **S. Espaço e circuitos produtivos: a cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010. p. 75-87.

BLANCO, J. **Territorio, Circulación y Redes: articulaciones y tensiones**. In: Território e Circulação: a dinâmica contraditória da globalização. Organizadoras: Mônica Arroyo; Rita de Cássia Ariza da Cruz. São Paulo: FAPESP/PPGH/CAPES. Amablume Geografias, 2015. p. 15-36.

CASTELLS, M. **A sociedade em redes**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 6. ed., v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 96-112.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.

CORRÊA, R. L. Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**, v. 9, n. 16, 2012. p.199-218.

CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: _____. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. 123 p. p. 7-11.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. de. (Org.) **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

GONÇALVES, C. W. P. **Paixão da Terra: ensaios críticos de ecologia e geografia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. 160 p.

LOPES DE SOUZA, M. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. En: Castro, L. y otros. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

MENDONÇA, M. R. Complexidade do espaço agrário brasileiro: agrohidronegócio e as (re)existências dos povos cerradeiros. **Terra Livre**, São Paulo, ano 26, v. 1, n. 34, jan.-jun. 2010.

MORAES, A. **Ordenamento territorial: uma Conceptuação para o Planejamento Estratégico**. En: MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL. Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília, 2005.

MOREIRA, R. **A geografia do espaço-mundo: conflitos e superação no espaço do capital**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016. p. 29-34.

ORLANDO, P. H. K. A natureza na perspectiva da produção capitalista: o cenário da exploração dos recursos naturais na atualidade. **Emblemas**, v. 10, n. 1, p. 91-104, jan./jul. 2013.

RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. 544 p.

ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 208 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. 475 p.

SILVA, M. V. Apontamentos teórico-metodológicos para o conceito “Circuito Espacial da Produção”: estudo de casos em Goiás – Mitsubishi em Catalão e Conplem em Morrinhos. **Boletim Goiano de Geografia** (Online). Goiânia, v. 34, n. 1, p. 73-91, jan-abr. 2014.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988. 242 p.

THOMAZ JÚNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. v. 5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010.